

ATA DA 068ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 07 DE AGOSTO DE 2019
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Altair Silva - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba - Rodrigo Minotto - Sergio Motta - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputados: Julio Garcia
Mauro de Nadal

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO RICARDO ALBA (Orador) - Parabeniza a Polícia Militar de Blumenau, cada soldado, os oficiais e o comando do 10º Batalhão, tenente-coronel Jefferson Schmidt, que deflagrou esta semana a Operação Mãos Dadas. Cita que a Operação está trazendo segurança pública à comunidade, qualidade de vida, não está atuando como polícia repressora, mas ajudando as pessoas a se livrar da criminalidade. Cumprimenta a Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí, a Ammvi, pelos 50 anos de fundação, região que mostra o desenvolvimento econômico e social do estado.

Destaca o Projeto Recuperar, criado pelo governador Moisés, que está injetando recursos nas associações de municípios para a recuperação e manutenção das rodovias estaduais, como drenagem, roçada nas estradas etc. Registra que das 21 associações, 16 já assinaram e irão fazer parte do projeto. Critica o fato do presidente da Ammvi, prefeito de Blumenau, não ter assinado, não quis fazer parte do mesmo, se manifestou contra o recebimento dos recursos.

Concluí, afirmando que a decisão do prefeito Mário Hildebrandt é um verdadeiro absurdo, está criando um discurso de abandono regional que não se verifica na prática, e buscará explicações sobre o assunto.

Deputado Ivan Naatz (Aparteante) - Concorde com o deputado, diz ser incompreensível a atitude do prefeito de Blumenau em rejeitar o recurso para manutenção das estradas. Manifesta apoio em relação a este desafio. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO IVAN NAATZ (Orador) - Chama atenção para o debate acerca do Projeto de Lei n. 236/2019, de autoria da comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado Marcos Vieira, que discute a questão dos incentivos de ICMS em Santa Catarina. Afirma que o estado avançou em alguns setores, mas a questão dos incentivos agrícolas merece uma reflexão da Assembleia Legislativa e dos deputados.

Parabeniza os deputados Marcos Vieira, Milton Hobus e todos aqueles que estão trabalhando para resolver os problemas do setor agrícola estadual. Ressalta que as dificuldades foram criadas pelo próprio governo, deixando alguns produtos do agronegócio fora da política de ICMS e, após solicitação do setor, a Assembleia Legislativa está tentando corrigir a falha. Afirma que não se pode ignorar o fato de que 700 mil pessoas dependem da produção agrícola em Santa Catarina, e não têm como concorrer com o Rio Grande do Sul e Paraná.

Conclui, dizendo que a questão não é simples, pois se trata do maior setor produtivo catarinense, que é o agronegócio, portanto o assunto deve ser discutido com muita responsabilidade pelo governo estadual. Defende a suspensão por 30 dias dos efeitos dos decretos que reajustaram o ICMS de vários produtos agropecuários. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADA PAULINHA (Oradora) - Traz pautas que considera importantes, como sua ida a Brasília, juntamente com o deputado Felipe Estevão, presidente da comissão de Pesca da Alesc, para acompanhar uma sessão solene de homenagem aos pescadores, promovida pelo deputado federal Luiz Nishimori, com a participação de praticamente toda bancada catarinense. Faz o registro porque a pesca atravessa momentos difíceis com relação aos seus direitos, tanto no estado como no Brasil.

Quanto à legislação, a Portaria 445 não se alinha, promovendo descarte de boa parte da produção pesqueira por falta de clareza nos estudos de estoque da pesca nacional. Também há a emergente questão das 12 milhas, colocando o estado em lado oposto ao Rio Grande do Sul, e neste sentido declara que está aguardando uma audiência com o governador Eduardo, audiência esta também fortalecida pelo gabinete do governador Moisés.

Cita que o presidente da comissão de Pesca da Alesc já esteve em audiência com o presidente Lara, do Parlamento riograndense, havendo expectativa positiva de reversão de um dos artigos de uma lei que criminaliza ainda mais o setor produtivo pesqueiro, prejudicando Santa Catarina e os demais vizinhos.

Relata que houve grande mobilização do setor pesqueiro, fazendo-se presente em grande número na homenagem, enfrentando mais de 25 horas de ônibus para chegar em Brasília e acompanhar o movimento, deixando assim explícito o sentimento de carência e o clamor da categoria. Conclui que pela primeira vez vê um movimento mais equânime na defesa dos interesses da pesca nacional, e com a sinalização

de revisão da lei geral da pesca em termos federais, reestruturando os direitos da categoria e resolvendo conflitos entre os estados.

Registra que, na semana anterior, houve uma audiência pública com o propósito de apresentar uma lei da pesca para o estado catarinense, que está sendo levada à categoria para apreciação e para a qual pede o apoio de todos os parlamentares, esperando que a mesma possa representar com dignidade o setor produtivo catarinense da pesca.

Homenageia e cumprimenta o prefeito Fabrício, de Balneário Camboriú, que tem feito um belo trabalho, visando reduzir casos de suicídios naquela cidade, e lamenta não ter sido possível a sua presença na apresentação.

Cita o evento de assinatura do decreto que institui o mês do Agosto Lilás, de conscientização e combate à violência contra a mulher, promovido pelo governo do estado, e do qual tentará participar, pois é um assunto sempre em pauta nos seus debates.

Manifesta-se, ainda, quanto à questão dos incentivos fiscais, relatando que houve uma dura negociação no primeiro semestre, em que a Casa protagonizou a defesa do setor produtivo, buscando entendimento com o governo do estado. Também entende que o passo que será dado não é a solução do problema, mas dá trinta dias de prazo para que sejam finalizadas as conversas com o governo, esperando assim que este episódio seja concluído, devolvendo a tranquilidade para tantos trabalhadores do estado.

Quanto à questão dos incentivos fiscais, diz que é um desafio para os próximos anos, porque os produtores não podem perder a competitividade em relação aos estados vizinhos, com consequente prejuízo para a economia catarinense. Confia que o Parlamento, juntamente com o Poder Executivo e o setor produtivo encontrarão os meios necessários para preservar o desenvolvimento do estado, pois é preciso planejar para o futuro.

Finalmente, registra com alegria a decisão proferida pela ministra Carmen Lucia, em relação a

um recurso extraordinário que foi promovido para discutir a legalidade da Taxa de Preservação Ambiental de Bombinhas, pois agora há uma manifestação do Supremo que protege a iniciativa.
[Taquígrafa: Sara]

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER (Orador) - Informa que a Assembleia Legislativa discutirá, na presente data, a votação do Projeto de Lei 326/19, aprovado pela Comissão de Finanças, que solicita a prorrogação por 30 dias dos decretos governamentais relativos a incentivos fiscais.

Questiona o aumento de impostos, comentando que as consequências serão negativas, e pede que esta situação seja analisada para não causar danos principalmente no setor agrícola do estado. Acrescenta que Santa Catarina, apesar de ser 1% do território nacional, é o 6º estado que mais produz alimentos.

Comenta que o aumento de impostos na agricultura causará perda na competitividade da produção agrícola com estados vizinhos. Lembra que o governo havia assumido compromisso de prorrogar o prazo deste debate até o final de agosto, mas não aconteceu. Cita exemplos de indústrias de arroz parboilizado e da carne que já estão parando suas produções e sob risco de gerar desemprego.

Sugere que o governo acate o que está previsto no Convênio ICMS 100, deixando os insumos agrícolas para maio do ano seguinte, para evitar que os produtores sejam prejudicados. Acrescenta que o debate da reforma política inclui temas fiscais, os quais beneficiariam os produtores de Santa Catarina, inclusive quanto à demanda de exportação dos alimentos.

Conta com o apoio dos parlamentares para articular uma saída para este impasse e dar as condições necessárias para os produtores Catarinenses.

Deputado Rodrigo Minotto (Aparteante) - Parabeniza pela pauta e comenta que há uma

preocupação por parte dos produtores de arroz e comerciantes. [Taquígrafa: Sara]

Partidos Políticos

Partido: MDB

DEPUTADA ADA DE LUCA (Oradora) - Referencia o dia 7 de agosto, data em que a Lei n. 11.340, conhecida como Maria da Penha, completa 13 anos. Historicamente, Maria da Penha, autora da lei, era biofarmacêutica e, seguidamente, agredida pelo marido, além de exposta a duas tentativas de assassinato em 1983, ficando paraplégica.

Ainda reportando-se à Lei Maria da Penha, sancionada em agosto de 2006, cujo teor aumentou o rigor nas penas para agressões contra a mulher no lar, além de fornecer instrumentos para ajudar a coibir tal tipo de violência. De lá para cá, houve alterações com o intuito de enriquecer ainda mais a luta em defesa das mulheres vítimas de violência. Em 2017, foi sancionado o projeto de lei que criou regras qualificando o atendimento policial e a perícia junto a mulheres em situação de violência, sendo o serviço prestado preferencialmente por servidoras capacitadas.

No cenário atual há avanços, porém ainda doloroso, pois segundo o 12º Anuário Brasileiro de Segurança Pública houve, em 2017/2018, mais de 60 mil estupros no Brasil, e Santa Catarina está no topo da violência contra a mulher, havendo várias ações para o atendimento à vítima de violência. Faz referência à entrevista da desembargadora Salete Sommariva, dizendo que "falta uma maior integração e divulgação dos serviços para que a rede de proteção às mulheres seja mais efetiva, pois os serviços são distantes, as instituições mal se conhecem e a vítima fica de um lado para o outro buscando auxílio. É preciso que o estado trate esta questão como uma política pública de estado, com a integração dos dados, porque em cada órgão há informações diferentes. É preciso conhecer o caminho percorrido por essas mulheres desde a assistência social, saúde, polícia,

sistema de justiça para que se possam desenvolver políticas públicas mais efetivas.”

Diante do exposto, juntando os programas do estado e audiências públicas, a Comissão de Direitos Humanos propôs a Frente Parlamentar de Combate à Violência Contra a Mulher, firmando o Pacto Por Elas, que é um trabalho em conjunto na luta para salvar as mulheres catarinenses, cujo compromisso é de responsabilidade de todos.

Finaliza, agradecendo ao deputado Ivan Naatz a preocupação com o assunto, pois são poucos os homens que apoiam a defesa da mulher.

Deputada Paulinha (Aparteante) - Corroboras as palavras da deputada que evidencia os 13 anos da Lei Maria da Penha, ecoando também seu grito de alerta da necessidade de avançar, especialmente em Santa Catarina. Agradece à deputada o trabalho realizado em defesa das mulheres.

Deputado Ivan Naatz (Aparteante) - Parabeniza a deputada pelo seu trabalho direcionado em defesa da mulher, além das questões de segurança pública em todos os setores de Santa Catarina. Ainda na mesma esteira de reivindicação, salienta a falta de estrutura governamental em vários municípios catarinenses nas delegacias da mulher, onde acolhem o agressor e o agredido no mesmo espaço físico, e sugere ao estado dispor de recinto e estrutura adequada. *[Taquígrafa: Elzamar]*

Partido: PL.

DEPUTADO MARCIUS MACHADO (Orador) - Discorre sobre um Projeto de Lei de sua autoria referente à proibição dos testes da tecnologia 5G em Santa Catarina, ressaltando que a Anatel permitiu a execução dos experimentos em Florianópolis no mês de julho de 2019.

Apresenta vídeo sobre testes do 5G na Holanda, que associa o fato com a morte de centenas de aves, e expõe documentos com base científica apresentados à ONU que alertam para o risco da radiação de alta frequência, podendo causar

inúmeros prejuízos à saúde humana, além das plantas e animais.

Conclui, dizendo que o projeto trata de uma precaução em relação à vida e questiona a necessidade dos testes da nova tecnologia serem realizados no estado de Santa Catarina.
[Taquígrafa: Elzamar]

Partido: PT

DEPUTADO FABIANO DA LUZ (Orador) - Discorre sobre visitas realizadas pelo estado durante o período de recesso. Destaca a questão de que o governo do estado pretende para o próximo ano suspender os recursos do estado destinados a municípios com menos de 20 mil habitantes, o que representa 86 pequenos hospitais. Entende que tal medida prejudicará hospitais de maior porte e os grandes centros de atendimento à população. Cita que vários profissionais especialistas de diversas áreas estão fazendo parcerias com os hospitais filantrópicos menores para realizar mutirões de cirurgias, exames e outras demandas da população catarinense para desafogar os grandes hospitais.

Demonstra sua preocupação e, por isso, pede que o líder do governo solicite uma reunião com o secretário da Saúde para sanar dúvidas relativas ao tema abordado. [Taquígrafa: Sílvia]

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - A Presidência suspende a sessão, por até dez minutos, para que possa usar a tribuna o sr. Lucio Malmann, prefeito municipal de Iporã do Oeste, acompanhado da rainha Vanessa Schwengbel e das princesas Tainara Pohlen e Ticiane Reis, para divulgação da Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Iporã do Oeste, que se realizará nos dias 05 a 08 de setembro de 2019.

Ordem do Dia

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Reabre a sessão e dá início à pauta da Ordem do Dia.

Discussão e votação da Mensagem de Veto n. 0135/2019, que dispõe sobre o veto parcial ao PL n. 064/18, de autoria do deputado Mauro de Nadal, que institui a Carteira de Identificação do Autista no âmbito do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela manutenção do veto.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados Mauro de Nadal e Maurício Eskudlark.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" derrubam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADO ALTAIR SILVA	sim
DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO	sim
DEPUTADO BRUNO SOUZA	sim
DEPUTADO CORONEL MOCELLIN	sim
DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FABIANO DA LUZ	sim
DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO	sim
DEPUTADO FERNANDO KRELLING	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO IVAN NAATZ	sim
DEPUTADO JAIR MIOTTO	sim
DEPUTADO JERRY COMPER	sim
DEPUTADO JESSÉ LOPES	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MARCIUS MACHADO	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADA MARLENE FENGLER	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MILTON HOBUS	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NAZARENO MARTINS	sim

DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSO BERLANDA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADA PAULINHA	sim
DEPUTADO RICARDO ALBA	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO LIMA	
DEPUTADO SERGIO MOTTA	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VOLNEI WEBER	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 35 srs. deputados.

Temos 35 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Está mantido o veto.

Discussão e votação em segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição n. 0006/2019, de autoria do deputado Marcius Machado e outro(s), que altera o art. 144, inciso X, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Na presente proposta foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. deputado Marcius Machado.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADO ALTAIR SILVA	sim
DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO	não
DEPUTADO BRUNO SOUZA	não
DEPUTADO CORONEL MOCELLIN	sim
DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FABIANO DA LUZ	sim
DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO	sim
DEPUTADO FERNANDO KRELLING	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO IVAN NAATZ	sim

DEPUTADO JAIR MIOTTO	sim
DEPUTADO JERRY COMPER	sim
DEPUTADO JESSÉ LOPES	não
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MARCIUS MACHADO	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADA MARLENE FENGLER	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MILTON HOBUS	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NAZARENO MARTINS	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSO BERLANDA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADA PAULINHA	sim
DEPUTADO RICARDO ALBA	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO LIMA	
DEPUTADO SERGIO MOTTA	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VOLNEI WEBER	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 35 srs. deputados.

Temos 32 votos "sim", três votos "não" e nenhuma abstenção.

A matéria está aprovada em segundo turno.

O sr. presidente, deputado Julio Garcia, acatou as manifestações dos deputados Moacir Sopelsa e Marcos Vieira, que votaram fora do sistema eletrônico de votação, totalizando 35 votos, sendo 32 favoráveis ao projeto e três contrários ao projeto.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Resolução n. 0010/2019, de autoria da Mesa, que dispõe sobre a participação e representação da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

na União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale).

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada matéria por maioria com os votos contrários dos srs. deputados: Jessé Lopes, Maurício Eskudlark, João Amin e Bruno Souza.
[Taquígrafa: Sílvia]

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0236/2019, de autoria da comissão de Finanças e Tributação, que altera a Lei n. 17.720, de 2019, com o fim de prorrogar o prazo de suspensão dos efeitos dos Decretos 1.866 e 1.867, de 2018.

Em discussão.

Não havendo quem o queira discutir, encerra a discussão e concede a palavra aos srs. deputados para encaminhamento de votação.

Com a palavra, para encaminhamento de votação, o sr. deputado João Amin.

DEPUTADO JOÃO AMIN - Faz requerimento para votação nominal no painel.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - A votação, a requerimento do deputado João Amin, será nominal, no painel.

Com a palavra, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Marcos Vieira.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Diz que "o Projeto de Lei n. 236/2019 nada mais faz do que acompanhar a data do Confaz, que prorrogou do dia 31 de julho para o dia 31 de agosto a data limite para os depósitos da reinstituição dos benefícios fiscais. Como a Assembleia Legislativa, por intermédio da Lei 17.720, que teve como origem o PL 024, que determinou o prazo da suspensão dos Decretos 1.866 e 1.867 até o dia 31 de julho, e esse prazo venceu, e como o Confaz também postergou para o dia 31 de agosto, estamos também encaminhando com o Confaz nesta data, ou seja, as duas datas passam a ter limite dia 31 de agosto de 2019. E com a

inserção da emenda, da desobrigação do governo do estado de cumprir a diminuição da concessão de incentivo fiscal em Santa Catarina para o ano de 2019, porque é o primeiro ano que se discute de forma conjunta, a Assembleia, setores produtivos e o governo do estado, e evidentemente que, quando surgem pequenos imbróglios, temos que nos adequar a realidade. Então, por isso tem no parecer complementar do deputado Milton Hobus a revogação do Artigo 13 de Lei Orçamentária Anual, já que havíamos revogado os parágrafos segundo e terceiro do Artigo 45 da LDO. Então fica para 2019 completamente isento, sem a obrigação do cumprimento.”

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Ainda, com a palavra, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Milton Hobus.

DEPUTADO MILTON HOBUS - O deputado João Amin estava na dúvida, é voto 1.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Devidamente esclarecido, passa à votação. Conforme requerimento, a votação será no painel.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem “sim” aprovam a matéria, isto é, o projeto original com as emendas, e os que votarem “não” rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADO ALTAIR SILVA	sim
DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO	sim
DEPUTADO BRUNO SOUZA	sim
DEPUTADO CORONEL MOCELLIN	sim
DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FABIANO DA LUZ	sim
DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO	sim
DEPUTADO FERNANDO KRELLING	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO IVAN NAATZ	sim
DEPUTADO JAIR MIOTTO	sim
DEPUTADO JERRY COMPER	sim
DEPUTADO JESSÉ LOPES	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim

DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MARCIUS MACHADO	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADA MARLENE FENGLER	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MILTON HOBUS	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NAZARENO MARTINS	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSO BERLANDA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADA PAULINHA	sim
DEPUTADO RICARDO ALBA	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO LIMA	
DEPUTADO SERGIO MOTTA	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VOLNEI WEBER	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 35 srs. deputados.

Temos 35 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovada a matéria.

Deputado Marcos Vieira - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Solicita à Presidência, em razão da urgência urgentíssima, que esse projeto tem que ser finalizada a sua tramitação, inclusive redação final e autógrafo, requer o encerramento da sessão e a convocação de outra para a redação final.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Atendendo ao deputado Marcos Vieira, defere o seu requerimento, encerrando a presente sessão, convocando outra, extraordinária, às 16h16, para votação da redação final das matérias deliberadas

anteriormente, e dar prosseguimento à pauta da
Ordem do Dia. [Taquígrafa: Sara] [Revisão:
Taquígrafa Sara]